REQUERIMENTO N° DE 2021

(Do Sr. Eduardo Cury)

Requer a declaração de prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.157, de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a declaração de prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.157, de 2018.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 1.157, de 2018, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), aprova o texto do Acordo-Quadro sobre o estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ASI), assinado em Nova Delhi, República da Índia, em 15 de novembro de 2016.

Trata-se de PDC em tramitação nesta Casa, que que teve como origem a Mensagem nº 94, de 2018, aprovada pela CREDN, em 12 de dezembro de 2018.

Entretanto, em 31 de janeiro de 2020, por meio da Mensagem nº 24, de 2020, o Poder Executivo fez um aditamento à Mensagem nº 636, de 2019, solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 94, de 2018, convertida no PDC nº 1.157/2018.





Em apertada síntese, o Poder Executivo reencaminhou, para apreciação desta Casa, o Acordo-Quadro sobre o estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ASI), assinado em Nova Delhi, República da Índia, em 15 de novembro de 2016, por meio da Mensagem nº 636, de 2019, solicitando, para tanto, a retirada de tramitação da Mensagem nº 94, de 2018 e o subsequente PDC nº 1.157/2018.

Atualmente, o referido Acordo-Quadro sobre o estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ASI), encaminhado pela Mensagem nº 636, de 2019, já foi aprovado pela CREDN e convertido no PDL nº 271, de 2021, que encontra-se em tramitação na Comissão de Minas e Energia.

Por todo o exposto, solicitamos que seja declarada a prejudicialidade e o subsequente arquivamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.157, de 2018.

Sala das Sessões, em de

de 2021

Deputado EDUARDO CURY PSDB/SP



